

PROPOSTAS 2017

NUM	SEGMENTO	PROPOSTAS	TEMA	ARTIGO DA MINUTA
1	Movimento Saúde	Ressaltou que loteamentos e condomínios estão sem equipamentos de saúde, lazer e educação. E propôs que todos os condomínios tenham estes equipamentos, conforme a determinação da OMS.	INFRAESTRUTURA URBANA	Art. 47
2	Proguaru	Criação do CEU idoso.	INFRAESTRUTURA URBANA	Art. 182
3	Proguaru	Existem grandes invasões já consolidadas principalmente na região do Cabuçu que necessitam de modificação do uso de solo, para que tenham a infraestrutura e ao mesmo tempo, seja contido a invasão de áreas de proteção ambiental.	INFRAESTRUTURA URBANA	Art. 141
4	Munícipe	Implantação da coleta seletiva todo município.	INFRAESTRUTURA URBANA	Arts. 42, 43 e 146
5	CRECI	Preservação ambiental e lazer na Região Pimentas, melhoria do acesso para a Rodovia Ayrton Senna, estrada de Campo Bonito, Marcos Freire, criação de pistas nas Marginais e na Rodovia Ayrton Senna.	INFRAESTRUTURA URBANA/MOBILIDADE URBANA/	Serão objeto dos Planos Regionais
6	Jd. Centenário	Serviços de lazer, esporte e cultura para crianças e adolescentes.	INFRAESTRUTURA URBANA	Art. 182
7	Jd. Centenário	Equipamentos Sociais – CRAS.	INFRAESTRUTURA URBANA	Art. 182
8	Estudante	É necessário e deve ser priorizado no novo Plano Diretor a garantia da disponibilização dos serviços públicos básicos- saúde, educação, segurança, transporte publico, lazer, cultura etc – a toda essa população.	INFRAESTRUTURA URBANA	Arts. 155 e de 174 a 194
9	MNLM	Aumentar os investimentos em infraestrutura na periferia.	INFRAESTRUTURA URBANA	Art. 28
10	Munícipe	Os CEUs podiam servir para mais atividades, principalmente nas áreas de educação e saúde	INFRAESTRUTURA URBANA/SECEL	Trata-se de uma demanda relacionada às Secretarias de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Saúde.
11	ONG Tarsila do Amaral	Garantir que existam equipamentos de lazer em todos os bairros	INFRAESTRUTURA URBANA	Art. 193
12	FGPDA – Fórum Guarulhense de Proteção e Defesa Animal	Acessibilidade de cães em parques públicos, permitir o acesso de cães aos parques.	INFRAESTRUTURA URBANA	Não contemplado. Trata-se de uma política setorial relacionada ao Meio Ambiente.
13	Cursinho Pimentas	2. Estabelecer metas (em tempo) para construção de infraestrutura social (mínimos).	INFRAESTRUTURA URBANA	Serão objeto dos Planos Regionais.
14	Ass Amigos do Bambi	2. Alocar moradores em lugares próximos ao seu convívio atual. 3. Educação, prever maior participação dos pais na vida dos filho nas escolas. 5. Viabilizar mais infraestrutura, principalmente pavimentação, nos bairros.	POLÍTICA HABITACIONAL / INFRAESTRUTURA URBANA	Art. 179
15	IACON	2. Como responsabilizar os loteadores da cidade de Guarulhos. 3. Exigir infraestrutura nos loteamentos.	GESTÃO PÚBLICA / INFRAESTRUTURA URBANA	Art. 47
16	CAU/SP	Incluir sistema de parques no Plano Diretor.	INFRAESTRUTURA URBANA	Arts. 44 e 45
17	ASEC	Criar um centro tecnológico.	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	Art. 36
18	CIESP	Preservar a Cidade Industrial.	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	Arts.35 a 37
19	CIESP	Implantar infraestrutura adequada e compatível com a zona industrial	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	Arts. 35 a 37
20	CAU/SP	Preservar zonas industriais e de logística.	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	Arts.35 a 37
21	ASEC	Constar no Plano Diretor o Parque Tecnológico.	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	Art. 36
22	ASEC	Incluir o Plano de Mobilidade Urbana no Plano Diretor.	MOBILIDADE URBANA	Artigo 152 - Inciso VI Artigo 153
23	CEU	Destacou os problemas de mobilidade nos deslocamentos da região do bairro dos Pimentas ao centro da Cidade de Guarulhos e São Paulo.	MOBILIDADE URBANA	Artigo 7º - VII, Artigo 10 - II e IV
24	Vereador	Em relação a mobilidade urbana, solicitou que fossem avaliados os impactos das marginais da Nova Dutra. O plano diretor deverá discutir os limites da Nova Dutra.	MOBILIDADE URBANA	

PROPOSTAS 2017

NUM	SEGMENTO	PROPOSTAS	TEMA	ARTIGO DA MINUTA
25	IACON	Mobilidade urbana: apontou o tráfego intenso na Rodovia Presidente Dutra (Ligação da Dutra, Avenida C e Paulo Faccini e ligação com a Rodovia Fernão Dias).	MOBILIDADE URBANA	Artigo 34 - II e IV
26	Jd. Centenário	Melhorar a acessibilidade para cadeirantes.	ACESSIBILIDADE	Artigo 5º - Inciso IX, Artigo 6º - Inciso IX, Artigo 150 - Inciso I
27	Estudante	Deve ser garantida a melhoria das ligações entre a Dutra e a Rodovia Ayrton Senna, duplicando-se a Avenida Juscelino Kubitschek em toda a sua extensão ou, quando mais conveniente, implantando sentido único aproveitando vias paralelas em sistema binário, além de melhorar o viário de forma que facilite a fluidez do tráfego nas vias de acesso à Ayrton Senna nos trevos Jardim Paulista/ Santo Afonso e Marcos Freire / Vila Any.	MOBILIDADE URBANA	Artigo 7º - IV, Artigo 34, Artigo 150 - Inciso IV
28	Estudante	Deve garantir a implantação de corredores de ônibus e/ou faixas exclusivas ao longo das principais avenidas, como Juscelino Kubitschek, Paschoal Thomeu, Papa João Paulo, Monteiro Lobato entre outras, assim como a implantação de ciclovias.	MOBILIDADE URBANA	Artigo 155 - Inciso V
29	Estudante	O plano precisa garantir a melhoria do sistema de transporte público, com aumento da frota e do conforto aos passageiros."	MOBILIDADE URBANA	Artigo 150 - Incisos XIV e XV, Artigo 155
30	Estudante	Melhor interligação viária com a capital e outros municípios vizinhos, destacando-se o viário entre a Rodovia Ayrton Senna e o Itaim Paulista, na região Vila Any, que recebeu fluxo muito maior após a conclusão da nova ponte.	MOBILIDADE URBANA	Artigo 2º - Inciso VIII, Artigo 7º - VII, Artigo 10 - II e IV
31	Estudante	Melhorias em relação às interligações por transporte público com a capital, sobretudo interligações com o sistema da CPTM. Devem ser previstas linhas de ônibus que levam passageiros dos diversos bairros à nova estação de trem no Cecap, bem como deve ser prevista a construção de um novo terminal de ônibus no Jardim Guaracy / Vila Any de modo a interligar a região diretamente às estações Itaim ou Jardim Romano da CPTM.	MOBILIDADE URBANA	Artigo 7º - VII, Artigo 10 - II e IV, Artigo 153 - Inciso VI
32	Estudante	O município deve fazer todos os esforços possíveis e prever no Plano Diretor tudo o que for necessário para garantir a ampliação da linha 13 Jade até as proximidades do Trevo de Bonsucesso.	MOBILIDADE URBANA/ INSERÇÃO METROPOLITANA	Artigo 7º - VII, Artigo 10 - II e IV, Artigo 153 - Inciso VI
33	ASEC	Maior conexão de ônibus e bicicletas, inclusive com bicicletários nas estações.	MOBILIDADE URBANA	Artigo 6º - Inciso VI , Artigo 154 - V
34	ASEC	Implantação de ciclovias.	MOBILIDADE URBANA	Artigo 154 - Inciso II e Inciso XIV
35	ASEC	Implantar estacionamentos através de Parcerias Público Privadas – PPP.	MOBILIDADE URBANA	Artigo 162
36	AAPAH - Geógrafo	Incluir as ciclovias na periferia como sistema de modal.	MOBILIDADE URBANA	Artigo 154 - Inciso II e Inciso XIV
37	Município	Melhorar os acessos da Cidade pela Rodovia Fernão Dias.	MOBILIDADE URBANA	Artigo 34 - Inciso II, Artigo 151
38	MNLM	Melhorar a mobilidade urbana com mais meios de transporte.	MOBILIDADE URBANA	Artigo 150
39	UNIFESP - Pimentas	Constar que mobilidade será prioridade – ciclovia e trem, transportes de massa, etc.	MOBILIDADE URBANA	Artigo 7º - Inciso IV, Artigo 150
40	OAB - Representante Alexandre de Sá	Aumentar os transportes de massa, principalmente em virtude do aeroporto.	MOBILIDADE URBANA	Artigo 150
41	OAB - Representante Alexandre de Sá	Implantar mais ciclovias.	MOBILIDADE URBANA	Artigo 154
42	IACON e membro do CMPU	Ampliar linhas de acesso ao município que atendam ao Continental.	MOBILIDADE URBANA	Artigo 34 - Inciso II , Artigo 151
43	SASP	Apresentar e acrescentar a abertura de novas ruas e avenidas bem como o alargamento contemplando acessibilidade, pedestres, transportes, bicicletas e outros.	MOBILIDADE URBANA	Artigo 7º - IV , Artigo 34, Artigo 150 - Inciso IV
44		Transporte público, promover a integração intermodais: trem, metro, rodoviário, ciclovias e outros.	MOBILIDADE URBANA	Artigo 6º - Inciso VI, Artigo 150
45		Promover acesso às rodovias existentes e as novas vias em construção.	MOBILIDADE URBANA	Artigo 34 - Inciso II, Artigo 151
46		Construção de corredor de ônibus do terminal dos Pimentas até o Jardim Any	MOBILIDADE URBANA	Artigo 7º - VII, Artigo 10 - II e IV, Artigo 153 - Inciso VI
47		Construção de um terminal de ônibus no jardim Any, estrada itaim (objetivando o acesso a linha 12 Safira da CPTM estação Vila Romano).	MOBILIDADE URBANA	Artigo 7º - VII, Artigo 10 - II e IV, Artigo 153 - Inciso VI
48	MNLM	Implantar a via Arterial Especial pois para qualquer ponto da cidade é preciso passar pela região central.	MOBILIDADE URBANA	Artigo 150 - Inciso XX, Artigo 159
49	NEU e IAB	Elaborar estudos aprofundados sobre a implantação da via arterial especial.	MOBILIDADE URBANA	Artigo 150 - Inciso XX, Artigo 159
50	Município	Não implantar da Via Arterial Especial.	MOBILIDADE URBANA	Trata-se de uma proposta contrária a uma outra que foi apresentada em outras oficinas. A proposta de não implantação da via arterial especial foi apresentada em apenas uma oficina.

PROPOSTAS 2017

NUM	SEGMENTO	PROPOSTAS	TEMA	ARTIGO DA MINUTA
51	Instituto Federal de Educação	O transporte coletivo não atende muitas partes da cidade em termos de praticidade das linhas. Alunos do instituto federal na vila Rio nunca chegam no horário de início das aulas.	MOBILIDADE URBANA	Artigo 150
52	MNLM	2. Mobilidade, o Plano diretor deve prever menores deslocamentos. A cidade existe para o povo, seu objetivo central deve ser o bem estar da população.	MOBILIDADE URBANA	Artigo 6º - Inciso V, Artigo 7º - Inciso IV., Artigo 150
53	Conselho Mun Saúde	2. Melhorar a mobilidade urbana.	MOBILIDADE URBANA	Artigo 7º - Inciso IV, Artigo 150
54	SEESP	Reestruturação das vias e avenidas a fim de melhorar a circulação e escoamento do tráfego.	MOBILIDADE URBANA	Artigo 150
55	SEESP	Estudo e criação de novas vias e avenidas com dimensões mais largas, para atender as demandas	MOBILIDADE URBANA	
56	IACON	Ligação de entrada e de saída da Rodovia Fernão Dias para o Parque Continental, criando acesso fácil para a ligação do bairro.	MOBILIDADE URBANA	Artigo 34 - Inciso II, Artigo 151
57	IACON	No eixo viário de ligação para a cidade com acesso pela Av. Paulo Faccini, Av. Salgado Filho, Av. Transguarulhense, Avenida "C" e a criação de um novo eixo viário.	MOBILIDADE URBANA	Artigo 34 - Inciso II, Artigo 151
58	SASP	Abertura de novas ruas e alargamento das existentes demarcadas no Plano Diretor. Corredores para o transporte coletivo também demarcados.	MOBILIDADE URBANA	Artigo 150
59	CAU-SP	O Plano deverá melhorar a situação estratégica do município: segregação territorial dada pelas rodovias - estudar os acessos.	MOBILIDADE URBANA	Artigo 152 - Inciso II
60	MUNICIPE	Implantar anel viário municipal mais distante da APA.	MOBILIDADE URBANA	Artigo 150 - Inciso XX, Artigo 159
61	SEESP	Melhorar o sistema viário.	MOBILIDADE URBANA	Artigo 7º - Inciso IV, Artigo 150
62	ONG Chico Mendes - CMPU	Implantar ciclovias na Estrada do Cabuçu (vicinal).	MOBILIDADE URBANA	Artigo 150 - Inciso XIII, rtigo 154
63	MUNICIPE	Melhorar a mobilidade – linha de Metro para Guarulhos	MOBILIDADE URBANA	Artigo 7º - VII, Artigo 10 - II e IV, Artigo 153 - Inciso VI
64	MUNICIPE	Criar novas vias de acesso através da Estrada do Cabuçu ao centro de Guarulhos.	MOBILIDADE URBANA	Artigo 7º - Inciso IV, Artigo 150
65	CAU/SP	Reavaliar o sistema de transporte público, considerando as diversas escalas, e prever a integração modal.	MOBILIDADE URBANA	Artigo 6º - Inciso VI, Artigo 155
66	Munícipe	Criar pedágio urbano e implantar a inspeção veicular, utilizando os recursos para investir nos corredores de transporte coletivo.	MOBILIDADE URBANA	
67	Taboão	Sugeri abrir nova discussão do Plano Diretor, principalmente quanto à implantação de cidades sustentáveis e inclusivas.	CIDADES SUSTENTÁVEIS E INCLUSIVAS	Artigo 2º - Parágrafo VI
68	Proguaru	Preservar as vertentes das águas em toda Guarulhos.	SANEAMENTO AMBIENTAL	Artigo 7º - Inciso II, Artigo 43 - Inciso II
69	Estudante	Deve Prever novas habitações de interesse social na região central da cidade, onde já há oferta mais adequada de serviços públicos.	ORDENAMENTO TERRITORIAL	Artigo 5º - Incisos IV e V, Artigo 6º - Inciso VII, Artigo 23º - Inciso II, Artigo 24º - Inciso IV, Artigo 33 - Inciso III e V
70	Estudante	Novos projetos habitacionais na periferia devem ser condicionados a suficientes ampliações da infraestrutura de serviços públicos e da malha viária.	ORDENAMENTO TERRITORIAL	Artigo 5º - Inciso II, Artigo 6º - Incisos II e IV, Artigo 9º - Incisos II e III
71	Estudante	Prever mecanismo que incentivem ou obriguem quando for possível a reserva de solo permeável em todos os empreendimentos públicos e privados, de modo a aumentar e reposição dos lençóis freáticos e minimizar a possibilidade de enchentes.	ORDENAMENTO TERRITORIAL	Artigo 7º - Inciso VIII , Artigo 19 - Inciso III, Artigo 21º - Inciso I, Artigo 140 - Inciso VI
72	Estudante	Prever mecanismo que incentivem ou obriguem quando for possível a utilização de energia renovável nos empreendimentos públicos e privados.	ORDENAMENTO TERRITORIAL	Artigo 7º - VIII, Artigo 173 - Inciso V
73	Estudante	Prever mecanismo que incentivem ou obriguem quando for possível a captação e aproveitamento de águas pluviais em todos os empreendimentos públicos e privados.	ORDENAMENTO TERRITORIAL	Artigo 43 - Inciso III, Artigo 145 - Inciso V
74	Estudante	Deve estabelecer mecanismo que fortaleçam a fiscalização visando à prevenção de ocupações irregulares nos mananciais, várzeas e demais áreas de proteção ambiental.	ORDENAMENTO TERRITORIAL	Artigo 16 - Inciso I, Artigo 43 - Inciso VI, Artigo 140 - Inciso VIII e XIV
75	ASEC	Maior interligação das redes coletoras de esgotos.	SANEAMENTO AMBIENTAL	Artigo 43 - Inciso: Todos, Artigo 142 - Inciso IV, Artigo 144 - Inciso: Todos
76	AAPAH – Historiador	Realizar inventário dos bens tombados e regulamentação do entorno dos bens.	ORDENAMENTO TERRITORIAL	Artigo 77 - Parágrafo Único, Artigo 189 - Todos
77	MNLM	Prever ações de combate a segregação socioterritorial causada pela pressão do mercado imobiliário.	ORDENAMENTO TERRITORIAL	Artigo 2º - Parágrafos II, III e IV Artigo 39 - Inciso II

PROPOSTAS 2017

NUM	SEGMENTO	PROPOSTAS	TEMA	ARTIGO DA MINUTA
78	Associação do Taboão, São João e Recreio São Jorge	Cobrou que a prefeitura peça contrapartidas pela ligação na alça do aeroporto e dos impactos que trará para o São João e Haroldo Veloso, onde a alça vai segregar o bairro em quatro partes. E perguntou quais são as soluções apresentadas pela prefeitura.	ARTICULAÇÃO METROPOLITANA	Seção 3 - Artigos 130 a 138, Artigo 218 - Inciso IX
79	Bambi	Atenção especial para o tratamento de esgotos nos grandes empreendimentos.	SANEAMENTO AMBIENTAL	Artigo 43º - Inciso: Todos, Artigo 142º - Inciso IV, Artigo 144º - Inciso: Todos
80	03º Setor	Detalhar as formas de participação e contrato social, incluindo forma abrangente de comunicação incluindo elaboração de documentos que possibilitem o entendimento do tema e da importância dos instrumentos de planejamento em todas estes: Plano diretor, Lei de Zoneamento, Planos regionais, Planos Setoriais.	DIRETRIZES E OBJETIVOS	Artigo 2º - Parágrafo VII, Artigo 7º - Inciso VI, Título IV - Seção III, Artigo 211º a 214
81	Associação Bairro	Priorizar a ocupação das áreas onde haja infraestrutura como equipamentos públicos a saúde, saneamento, etc.	ORDENAMENTO TERRITORIAL	Artigo 5º - Inciso II, Artigo 6º - Incisos II e IV, Artigo 9º - Incisos II e III
82	Associação Bairro	Que seja evitado grandes empreendimentos em determinadas regiões que sofrem com desemprego, infraestrutura:	ORDENAMENTO TERRITORIAL	Artigo 5 - Incisos IV e V, Artigo 6º - Inciso VII, Artigo 7º - Inciso IV, Artigo 9º - Inciso II e III, Artigo 23 - Inciso II, Artigo 24 - Inciso IV, Artigo 33 - Inciso III e V, Artigo 39 - Inciso II
83	Associação Bairro	Casos emblemáticos Rua Mucugeo, nova Bonsucesso e Lavras que nestes casos busquem o incentivo de implantação de empresas, comércios e serviços no local, inclusive feiras.	ORDENAMENTO TERRITORIAL	Artigo 34 - Inciso I
84		Estações de tratamento de esgoto nas regiões dos bairros parque residencial Bambi, água Azul, pois o primeiro já está com toda rede pronta só falta à estação e o ligamento nas residências.	REDE URBANA AMBIENTAL	Artigo 43 - Inciso: Todos Artigo 142 - Inciso IV, Artigo 144 - Inciso: Todos
85		Aproximar o trabalho da moradia, reduzindo o tempo de deslocamento e melhorando a qualidade de vida.	ORDENAMENTO TERRITORIAL	Artigo 7º - Inciso IV
86		Sistema Viário como elemento estruturador do uso e ocupação do solo.	REDE DE ESTRUTURAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO	Artigo 26 - Inciso I , Artigo 27 a Artigo 31, Artigo 28 - Inciso I
87	Município	Os instrumentos de identificação, proteção e valorização do patrimônio cultural visam a integração de áreas, imóveis, edificações, paisagem, bens culturais e naturais, bens imateriais, correspondem aos seguintes instrumentos legais: I - tombamento, II - inventário do patrimônio cultural material e imaterial, III - registro das áreas de proteção cultural e territórios de interesse da cultura e da paisagem, IV - chancela da paisagem cultural, V - levantamento e cadastro arqueológico do município, e VI - povos e tradições culturais de valor culturais e históricos.	ORDENAMENTO TERRITORIAL	Artigo 5º - Inciso VI , Artigo 74 a 77, Seção IV - Artigo 185 a 190
88	CMH	Adotar o conceito de cidade compacta.	OBJETIVOS	Artigo 5º - Inciso IX, Artigo 28 - Incisos II, Artigo 39
89	CIESP	Criar Zona de Logística no eixo Dutra após Cumbica, com incentivos para ocupação.	ORDENAMENTO TERRITORIAL	Artigo 26 - Inciso I, Artigo 163 - Inciso VII, Artigo 164- Inciso VII
90	CIESP	Proteger as áreas industriais existentes com a criação de corredores de amortecimento para outras atividades.	ORDENAMENTO TERRITORIAL	Artigo 32 - § 1º
91	CIESP	Incentivar a criação de Condomínios Industriais.	ORDENAMENTO TERRITORIAL	Artigo 56, Artigo 65, Artigo 66
92	ONG Chico Mendes - CMPU	Fortalecer a identidade territorial (patrimônio histórico).	ORDENAMENTO TERRITORIAL	Artigo 5º - Inciso VI , Artigo 74 a 77, Seção IV - Artigo 185 a 190
93	ONG Chico Mendes - CMPU	Incentivar a preservação de áreas agrícolas.	ORDENAMENTO TERRITORIAL	Artigo 68
94	MUNICIPE	Incentivar a produção agrícola local com redução de impostos.	ORDENAMENTO TERRITORIAL	Artigo 68
95	CAU/SP	Permitir maior densidade nas vias estruturais de transporte coletivo e individual, de forma a garantir a sustentabilidade das ocupações.	EIXOS DE ESTRUTURAÇÃO	Artigo 28 - Inciso I
96	CAU/SP	Preservar zonas habitacionais.	ORDENAMENTO TERRITORIAL	Artigo 53 - Inciso I, Artigo 61 - Inciso IV
97	Município	Implantar outros meio de tratamento de resíduos como usinas térmicas movidas à lixo.	SANEAMENTO AMBIENTAL	Artigo 7º - Inciso VIII , Artigo 147 - Inciso I
98	ASEC	Terminar o Plano Diretor até início de 2018 para integrar ao Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado - PDUI.	INSERÇÃO METROPOLITANA	A equipe técnica da prefeitura e membros da sociedade civil eleitos para tal finalidade, vem acompanhando os trabalhos de elaboração do PDUI, compatibilizando e integrando as discussões do Plano Diretor de Guarulhos e o PDUI.

PROPOSTAS 2017

NUM	SEGMENTO	PROPOSTAS	TEMA	ARTIGO DA MINUTA
99	Estudante	O plano diretor não deve reduzir o perímetro das áreas e zonas de proteção ambiental estabelecidos na atual lei de Zoneamento.	MACROZONEAMENTO	Mapa 1 - Macrozoneamento
100	UNIFESP - Pimentas	Citou a preocupação dos avanços da urbanização no trecho norte do município em virtude do Rodoanel quanto as áreas de preservação	MACROZONEAMENTO	Art. 140
101	ONG Água Azul	Destacou que os produtores das áreas rurais não conseguem financiamento por ser considerada como área urbana.	MACROZONEAMENTO	Art. 68
102	IACON e membro do CMPU	Expôs sobre o bairro Continental que tem várias realidades e que deve ser tratado como um todo.	MACROZONEAMENTO	Será objeto da revisão da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (zoneamento).
103		Quadras poli-esportivas públicas nas regiões dos bairros parque residencial Bambi, água azul e Carmela, pois o aumento da população e expressivo e não tem nenhuma estrutura para o convívio comunitário.	CENTRALIDADES	Arts. 191 a 193
104	AAPAH	Contemplar mais áreas de lazer pela cidade.	CENTRALIDADES	Art. 193
105	ONG Chico Mendes	Demarcar zonas rurais.	MACROZONEAMENTO	Art. 68 e Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo.
106	ONG Chico Mendes	Definir o zoneamento do entorno da alça do rodoanel para o aeroporto.	MACROZONEAMENTO	Será objeto da revisão da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (zoneamento).
107	Visão Pública	Manter o limite da APA Cabuçu Tanque Grande no estado atual.	MACROZONEAMENTO	Mapa 1 - Macrozoneamento
108	OSCIPI	Que na discussão do zoneamento que seja definido o que pode ou não pode existir ou se instalar em determinada região. Exemplo: no São João e Haroldo Veloso, graças a construção da alça que ligará o Rodoanel do Aeroporto, aqueles dois bairros poderão, se não for proibido, receber as instalações de transportadoras e empresas de logísticas que prejudicarão enormemente os bairros, com ruas estreitas e com pavimentos fracos – não pode ser permitidos estes tipos de empreendimentos na região.	ZONEAMENTO	Arts.12, 13 e 14 e revisão da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (zoneamento).
109	Nordestino	Criação Polo Cultural nos bairros Bonsucesso, Pimentas, Centro, Vila Galvão, Cocaia, Taboão	CENTRALIDADES	Arts. 185 e 186
110	Conselho Mun Saúde	1. Para gerar emprego nas áreas próximas a moradias a prefeitura deverá fazer investimentos.	CENTRALIDADES	Arts 39, 169 e 170
111	Conselho Mun Saúde	3. Dar visibilidade à outras áreas de lazer, não somente ao Bosque Maia.	CENTRALIDADES	Arts. 45 e 193
112	CMPU	1. Saúde: que todos loteamentos regulares devem ter áreas reservadas para UBSs, Escolas.	CENTRALIDADES	Arts.175 e 176
113	ASEC	Implantar terminais de cargas em Cumbica, 2 ou 3 distribuídos pela região.	CENTRALIDADES	Será objeto da revisão da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (zoneamento).
114	ASEC	Não permitir zona mista na zona industrial.	MACROZONEAMENTO	Será objeto da revisão da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (zoneamento).
115	ASEC	Resolver conflitos entre zoneamentos - limites	ZONEAMENTO	Será objeto da revisão da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (zoneamento).
116	CAU-SP	Definir estratégia de Guarulhos para a região metropolitana.	INSERÇÃO METROPOLITANA	Art. 10
117	ACE	Esvaziamento dos centros comerciais atrelados às mudanças de zoneamento.	CENTRALIDADES	Art. 39
118	ACE	Propôs restringir a ocupação ao norte do Rodoanel ou utilizar um zoneamento adequado.	MACROZONEAMENTO	Art. 17
119	ASSEAG	Evitar zonas de interesse social na zona de amortecimento, estimulando nesta região outra faixa de renda.	ZONEAMENTO	Será objeto da revisão da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (zoneamento).
120	CIESP	Criar em Cumbica um pólo de logística na via Dutra com incentivos para as transportadoras irem para o local.	CENTRALIDADES	Arts. 149 e 164
121	CIESP	Não alterar os zoneamentos das zonas industriais - região do Macedo e Itapegica - expulsão das indústrias.	MACROZONEAMENTO	Arts. 35 e 37
122	NEU – CMPU	Diminuir os deslocamentos e fortalecimento dos centros de bairro - “Assentamento” local.	CENTRALIDADES	Arts. 5 e de 6 a 39
123	ONG Chico Mendes - CMPU	Aumentar a oferta de empregos em Guarulhos a fim de reduzir a necessidade de deslocamentos entre municípios.	CENTRALIDADES	Arts. 5, 169 e 170
124	CAU/SP	Considerar a paisagem urbana no Plano Diretor com especial atenção à Serra da Cantareira e à várzea do Rio Tietê.	MACROZONEAMENTO	Art. 17
125	UMG – União de Moradia de Guarulhos	Controlar o mercado imobiliário no município.	POLÍTICA URBANA/INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	Artigo 6º - Inciso XVII, Artigo 78

PROPOSTAS 2017

NUM	SEGMENTO	PROPOSTAS	TEMA	ARTIGO DA MINUTA
126	AAPAH – Historiador	Aplicar os instrumentos urbanísticos nas questões do patrimônio histórico.	ORDENAMENTO TERRITORIAL/INSTRUMENTOS	Artigo 76
127	AAPAH – Historiador	Prever benefícios fiscais para quem faz manutenção dos bens tombados.	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	Artigo 75 - § 3º
128	Associação das regiões Bonsucesso, Presidente Dutra, Cumbica e Pimentas	Acrescentou que a Prefeitura tem que ser mais rígida com os grandes empreendedores e exigir contrapartidas e soluções.	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	Artigo 135
129	Funerário	Regularização fundiária, priorizar em Guarulhos reforma valores IPTU, criação da reforma urbana e mais áreas verdes nos loteamentos.	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	Artigo 5º - Inciso IV, Artigo 45 - Inciso V, Artigo 173 - Inciso VI
130	Munícipe	Criar projeto de lei que responsabilize os empreendedores a uma contra partida de infraestrutura que contemple a logística de seus empreendimentos.	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	Artigo 134, Artigo 135
131	MNLM	1. Devemos olhar para a cidade (Guarulhos) do futuro. Temos 150 mil famílias inscritas no cadastro de moradia, o Plano Diretor deve demarcar áreas de Zeis de Vazios, não dependendo da assinatura do vereador. Utilizar os instrumentos previstos no Estatuto da Cidade, Outorga Onerosa, Direito de Preempção (demarcar já no Plano Diretor).	POLÍTICA HABITACIONAL / INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	Artigo 70
132	Mov Paulo Canarin	4. Dar destinação de moradia popular de baixa renda a Prédios abandonados.	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	Artigo 70 - Inciso III, Artigo 102
133	Cursinho Pimentas	1. Zoneamento: Plano Diretor deve alterar a Lei de Zoneamento, garantindo áreas necessárias para diminuição do déficit habitacional.	POLÍTICA HABITACIONAL / INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	Artigo 61 - Inciso VII
134	Cursinho Pimentas	3. Estabelecer os financiadores dessa infraestrutura através dos instrumentos urbanísticos.	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	Artigo 104, Artigo 135
135	Ass BABI	1. Gravar áreas de ZEIS de vazios.	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	Artigo 70 - Incisos II e IV
136	Munícipe	2. Efetivar a aplicação dos instrumentos urbanísticos.	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	Artigo 208
137	ASEC	Compensação perda de potencial construtivo por conta da existência dos limites dados pelo aeroporto.	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	
138	SASP	a OODC deverá financiar uma cidade com mais qualidade urbana.	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	Artigo 112, Artigo 220
139	VISÃO PÚBLICA	Prever a OODC como instrumento de desenvolvimento urbano.	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	Artigo 104
140	ASSEAG	Rever a Legislação de Pólo Gerador de Tráfego e substituir as medidas mitigadoras pela adoção dos instrumentos urbanísticos propostos.	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	Artigo 134
141	ONG Chico Mendes - CMPU	Gravar Geosítios como áreas de direito de preempção.	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	Artigo 96 - Incisos VII e VIII
142	Munícipe	Incluir concessão urbanística e consórcio imobiliário no Plano Diretor.	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	Artigo 94, Artigo 95
143	Movimento Paulo Canarinho	Que o Conselho de Políticas Públicas Urbanas - CMPU volte a ser deliberativo.	SISTEMA DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL - Sistema Municipal de Participação Social	Não contemplado. Os conselhos municipais deverão ser tratados por lei específica.
144	Proguaru	Seja criado uma comissão permanente do plano diretor para todas as secretarias.	SISTEMA DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL	Não contemplado. As bases fundamentais para o Sistema de Gestão do Planejamento estão no Plano Diretor, porém, seu detalhamento será dado por decreto, que preverá quais instâncias e órgãos responsáveis.
145	Paulo Canarim	Pediu que o CMPU voltasse a ser deliberativo e não só consultivo.	SISTEMA DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL - Sistema Municipal de Participação Social	Não contemplado. Os conselhos municipais deverão ser tratados por lei específica.
146	Paulo Canarim	Prever 4 milhões de metros quadrados para a construção de moradia para a faixa salarial de 0 a 3 salários mínimos.	POLÍTICA SETORIAL - HABITAÇÃO	Mapa 11 e artigo 70. Parcialmente atendido. O Mapa 11 gravou algumas áreas como ZEIS de vazios (ZEIS 2), porém elas não somam 4 milhões de m². Porém, leis específicas poderão gravar novas áreas.

PROPOSTAS 2017

NUM	SEGMENTO	PROPOSTAS	TEMA	ARTIGO DA MINUTA
147	Sindicato dos Feirantes	Incluir a feira livre no Plano Diretor da Cidade.	POLÍTICA SETORIAL - Desenvolvimento Econômico e Social	Não contemplado. As feiras livres são um tipo de atividade econômica relacionadas ao abastecimento. O Plano Diretor trata de questões mais amplas, sem detalhar as tipologias das atividades. Trata-se de modo geral da questão industrial, mas não menciona onde (e se devem ou não haver) as indústrias de metal-mecânica, por exemplo.
148	OAB	Contemplar os cemitérios e prever obras de recuperação dos existentes.	POLÍTICA SETORIAL - Serviços Públicos	artigo 196
149	AAPAH – Historiador	Solicitou que o CPMU volte a ser deliberativo.	SISTEMA DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL - Sistema Municipal de Participação Social	Não contemplado. Os conselhos municipais deverão ser tratados por lei específica.
150	MNLM	Aumentar a oportunidade para a participação social.	SISTEMA DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL - Sistema Municipal de Participação Social	artigos 198 - inciso III, artigo 211
151	MNLM	Solicitou que o CPMU volte a ser deliberativo.	SISTEMA DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL - Sistema Municipal de Participação Social	Não contemplado. Os conselhos municipais deverão ser tratados por lei específica.
152	ONG	Solicitou que o CPMU seja deliberativo.	SISTEMA DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL - Sistema Municipal de Participação Social	Não contemplado. Os conselhos municipais deverão ser tratados por lei específica.
153	Associação das regiões Bonsucesso, Presidente Dutra, Cumbica e Pimentas	Contestou que o município só tem uma empresa de transporte público.	DIAGNÓSTICO	Não contemplado por não se tratar de proposta, e sim uma observação com relação à política pública de transporte. O assunto poderá ser tratado no Plano de Mobilidade. Não há apenas uma empresa de transporte público atuando na cidade.
154	Associação das regiões Bonsucesso, Presidente Dutra, Cumbica e Pimentas	Pediu que o CPMU fosse deliberativo.	SISTEMA DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL - Sistema Municipal de Participação Social	Não contemplado. Os conselhos municipais deverão ser tratados por lei específica.
155	Associação do Taboão, São João e Recreio São Jorge	Evitar que nos bairros de Bonsucesso e Lavras fossem construídos grandes núcleos habitacionais para “remoção de famílias”.	ORDENAMENTO TERRITORIAL	Não contemplado. Boa parcela dos bairros de Bonsucesso e Lavras estão contidos nas Macrozonas de Estruturação Urbana e Desenvolvimento Sustentável, onde se pretende permitir a implantação de novos empreendimentos habitacionais, desde que compatíveis com a infraestrutura urbana e social.
156	Município	Destacou a questão das desocupações, remoções de pessoas, onde as pessoas não podem levar os animais de estimação, e que os animais domésticos são deixados para trás.	DEMANDA	Não contemplado. O Plano Diretor não detalha as políticas setoriais.
157	Estudante dos Pimentas	Discutir a minuta e mapas de fato, principalmente o mapa de ZEIS, que aparentemente estão previstas somente nas periferias.	DEMANDA	Entendendo a proposta como o a ação de discutir os mapas, essa proposta não foi contemplada. Porém, se a proposta é a demarcação de ZEIS de áreas vazias em regiões mais centrais, essa questão será tratada nos Planos Regionais.
158	MNLM	Destinar terras para produção de habitação em áreas estruturadas e mais recursos para habitação.	POLÍTICA SETORIAL - HABITAÇÃO	Mapa 11, artigos 78 a 138, artigo 173
159	IAB e CPMU	Criar uma Gestão democrática nos moldes do Estatuto da Cidade.	SISTEMA DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL - Sistema Municipal de Participação Social	artigo 212

PROPOSTAS 2017

NUM	SEGMENTO	PROPOSTAS	TEMA	ARTIGO DA MINUTA
160	IAB e CPMU	Propôs que o CPMU volte a ser deliberativo	SISTEMA DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL - Sistema Municipal de Participação Social	Não contemplado. Os conselhos municipais deverão ser tratados por lei específica.
161	OAB - Representante Alexandre de Sá	Melhorar os problemas de moradia, com mais construções.	POLÍTICA SETORIAL - HABITAÇÃO	artigos 172 e 173
162	Bambi	A prefeitura deveria mostrar mais interesse em resolver os problemas das áreas consolidadas (ZEIS).	DIAGNÓSTICO	
163	Representante do Orçamento Participativo	Questionou que houve implantação de alguns bairros inaugurados apenas com as ruas principais e que o resto foi abandonado.	DIAGNÓSTICO	
164	IACON e membro do CPMU	Propôs que o CPMU volte a ser deliberativo	SISTEMA DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL - Sistema Municipal de Participação Social	Não contemplado. Os conselhos municipais deverão ser tratados por lei específica.
165	03º Setor	Que o conselho municipal e desenvolvimento volte a ser deliberativo como previsto no plano diretor de 2004.	SISTEMA DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL - Sistema Municipal de Participação Social	Não contemplado. Os conselhos municipais deverão ser tratados por lei específica.
166	Associação Bairro	Que haja um melhor planejamento na construção de núcleo habitacional.	POLÍTICA SETORIAL - HABITAÇÃO	artigos 172 e 173
167		Participação e controle social sirvam como método na definição de suas políticas públicas.	SISTEMA DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL	artigo 172, inciso IV / artigo 211 e 212
168		Internamente a necessidade de promover a integração e compatibilização dos planos setoriais.	SISTEMA DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL	artigos 201 a 203
169		Na habitação regularizar o Déficit Habitacional como o banco de terra, recursos, licenciamento, regularização fundiária.	POLÍTICA SETORIAL - HABITAÇÃO	artigos 172 e 173
170		Proteção ambiental e recuperação urbana de favelas e cortiços	POLÍTICA SETORIAL - HABITAÇÃO E MEIO AMBIENTE	artigo 173, inciso VI
171	Mov Paulo Canarin	Áreas de risco, delimitar em 10 metros essas áreas.	POLÍTICA SETORIAL - MEIO AMBIENTE, HABITAÇÃO, DEFESA CIVIL	Não contemplado. Há previsão de elaboração do Plano Municipal de Redução de Riscos. A partir deste plano, na próxima revisão do Plano Diretor, essa questão poderá ser abordada.
172	Mov Paulo Canarin	Implantação de Lotes populares de interesse social, com cesta básica de material de construção.	POLÍTICA SETORIAL - HABITAÇÃO	Parcialmente contemplado. O Plano Diretor trata de questões em escala macro, a gravação de ZEIS de vazios pode resultar em empreendimentos de conjuntos habitacionais verticais ou horizontais, ou até mesmos lotes urbanizados. Dependerá do plano de urbanização.
173	MLM	Fiscalização com participação da população.	SISTEMA DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL	Não contemplado. O Sistema de Planejamento Municipal poderá prever ferramentas para que a população possa colaborar ainda mais com a fiscalização na cidade, mas isso será abordado em legislação específica.
174	Ass BABI	Alterar data de corte para a gravação de ZEIS.	POLÍTICA SETORIAL - HABITAÇÃO E MEIO AMBIENTE	Não contemplado. O limite temporal para gravação de ZEIS de núcleos existentes já foi alterado pela Lei Municipal 7.575/2017. O limite temporal passa de 2008 para 2014.
175	Ass Amigos do Bambi	Moradia, Plano Diretor deve prever um sistema para resolver a questão habitacional.	POLÍTICA SETORIAL - HABITAÇÃO E MEIO AMBIENTE	vários artigos do título IV

PROPOSTAS 2017

NUM	SEGMENTO	PROPOSTAS	TEMA	ARTIGO DA MINUTA
176	SASP	Destinar os recursos da OODC integralmente para a área a habitação de interesse social - faixa salarial de 0 a 3 salários mínimos.	INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS / POLÍTICA SETORIAL - HABITAÇÃO	Não contemplado. Os recursos obtidos com o Solo Criado irão para o Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano, que devem ser aplicados conforme previsto no artigo 220 - Os recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano - FMDU serão aplicados com a finalidade de apoiar ou realizar investimentos destinados a concretizar os objetivos, diretrizes, planos, programas e projetos urbanísticos integrantes ou decorrentes deste Plano Diretor. Parágrafo único. São prioritários os investimentos em ações de ordenamento e direcionamento da estruturação urbana, incluindo a infraestrutura urbana e social, implantação de parques lineares, áreas prioritárias e de serva fundiária para habitação de interesse social, melhorias em vias estruturais e de transporte público coletivo e à requalificação de eixos ou polos de centralidade, criação de áreas de proteção e conservação de interesse ambiental, entre outros, inseridos no contexto de planos e projetos urbanísticos a serem coordenados pelo órgão responsável pelo desenvolvimento urbano.
177	CEU	Implantação uma subprefeitura na região do bairro dos Pimentas.	GESTÃO PÚBLICA	Será objeto dos Planos Regionais.
178	EM Manuel Bandeira	Transformar os córregos / cursos d'água em jardins.	POLÍTICA SETORIAL - MEIO AMBIENTE	Legislação específica.
179	EM Manuel Bandeira	Apontou que faltam áreas verdes na cidade.	ORDENAMENTO TERRITORIAL - REDE URBANA AMBIENTAL - Sistema de Áreas Verdes	Art. 193
180	Movimento Paulo Canarinho	Permitir livre acesso ao protocolo de documentos.	GESTÃO PÚBLICA	Não contemplado pois trata-se de procedimento administrativo
181	APHA Patrimônio Histórico	Sobre o macrozoneamento, pediu que fosse avaliado o impacto do Rodoanel na APA do Cabuçu, considerando a proliferação dos setores de logística no bairro Carmela. Solicitou ainda que fosse desenvolvido um estudo claro que aponte os impactos do Rodoanel no território.	SDU/SM	Art. 141
182	USEG Vila Galvão	Solicitou a instalação de hidrantes nas Rodovias.	DEMANDA	Não contemplado. O assunto é específico e não depende somente do governo municipal.
183	ASEC	Regulamentar a Cidade Legal.	DEMANDA	Legislação específica.
184	Assessor da Vereadora Janete Pietá	Planejar melhor a Região dos Pimentas com a criação de um projeto de infraestrutura que contemple as necessidades do local.	GESTÃO PÚBLICA	Art. 39
185	MNLM	Aumentar a oferta de empregos para onde está a maioria da população.	GESTÃO PÚBLICA	Art. 169
186	MNLM	Destinar os espaços vazios e ociosos para produção de alimentos, gerando mais empregos.	GESTÃO PÚBLICA	Legislação específica.
187	MNLM	Propôs que o CPMU deliberativo.		Não contemplado. Os conselhos municipais deverão ser tratados por lei específica.
188	03º Setor	Incluir elementos que contribuam para tornar a cidade inclusiva com oportunidade a todos os cidadãos se desenvolverem, cidade saudável com diretrizes para solucionar saneamento básico, poluição e equipamentos públicos.	POLÍTICA SETORIAL	Será objeto dos Planos Regionais.
189	Sindical	O sindicato dos feirantes de Guarulhos há anos pleiteia a inclusão das feiras no plano diretor. A categoria presta relevante serviço no abastecimento saudável da população para continuar seus trabalhos precisa de apoio do poder público.	POLÍTICA SETORIAL	É reconhecido que as feiras livres são atividades de grande importância para a questão de abastecimento de alimentos e para a economia da cidade. Porém o assunto deverá ser tratado na revisão da lei de uso e ocupação do solo e na revisão do Código de Posturas.
190	Sindical	Para se preservar este importante e necessário equipamento de abastecimento, que sem dúvida alguma traz benefícios aos munícipes, são necessárias ações do poder público que demandam recursos. Entre elas doação de um quadro de servidores capacitados para fiscalizar o cumprimento da legislação pertinente e a adequação do espaço público e de seu entorno de tal modo que possibilite a montagem de barracas e o acesso dos consumidores.	DEMANDA - Estrutura da Prefeitura e Fiscalização.	Não contemplado. Deverá ser tratado em legislação específica relacionada a estrutura da Prefeitura.
191		Prever o prolongamento da linha do trem ate o terminal dos Pimentas.	GESTÃO PÚBLICA	Art.153
192		Prever plano Diretor sistema de gestão e controle como estratégia de gestão, composição, implementação técnica e econômica.	SISTEMA DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL	Arts.201 a 203

PROPOSTAS 2017

NUM	SEGMENTO	PROPOSTAS	TEMA	ARTIGO DA MINUTA
193	Fórum Guarulhense de Defesa e Proteção Animal	Prever parques com acessibilidade para cães.	POLÍTICA SETORIAL	Não contemplado. Trata-se
194	Ass BABI	Conselho CPMU tem que ser deliberativo.	SISTEMA DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL	Não contemplado. Os conselhos municipais deverão ser tratados por lei específica.
195	CPMU	Garantir o direito de fiscalização ao cidadão	SISTEMA DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL	Art. 211
196	IACON	CPMU deve ter atribuição deliberativa.	SISTEMA DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL	Não contemplado. Os conselhos municipais deverão ser tratados por lei específica.
197	Conselho de Segurança	Avaliação do Plano Diretor em intervalos de 2 anos.	SISTEMA DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL	Não contemplado. As ações previstas nos Plano Diretor são de médio e longo prazo. Dois anos é um período muito curto para se avaliar.
198	ASEC	Discutir no PDUI a relação do cone de aproximação com a cidade.	ARTICULAÇÃO METROPOLITANA	Será tratado por meio de legislação específica
199	CMH	Prever sistema de gestão e monitoramento.	SISTEMA DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL	Arts.201 a 203 e 208
200	ASSEAG	Prever equilíbrio entre o crescimento habitacional, comercial e industrial.	SISTEMA DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL	Art. 06
201	ONG Chico Mendes - CPMU	Ativar potenciais econômicos da região como apiários, pesqueiros, etc	POLÍTICA SETORIAL	Não contemplado. O Plano Diretor não detalha as políticas setoriais. Porém, os planos regionais poderão prever essas ações que buscam explorar os potenciais locais.
202	ONG Chico Mendes - CPMU	Incluir no IPTU verde as produções agrícolas.	POLÍTICA SETORIAL - Fazenda	Deverá ser tratado por meio da revisão da lei do IPTU.
203	CAU/SP	Desenvolver os projetos de centralidades, entorno de acessos regionais e eixos estruturantes.	ORDENAMENTO TERRITORIAL - Áreas e Vetores de Desenvolvimento Socioeconômico e Urbano	Arts.39 e 28
204	CAU/SP	Criar sistema de monitoramento do Plano Diretor através de implantação de Instituto de pesquisas e Planejamento Urbano de Guarulhos.	SISTEMA DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL	Art. 208
205	Munícipe	Inserir prazos no Plano Diretor para o envio das leis específicas.	SISTEMA DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL	Art. 223